

EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHO PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA

Ivan Carlos Hort
Dr^a Julianne Fischer

Resumo

O presente artigo pretende levar os profissionais da área em foco a repensarem a Educação Física para uma prática inclusiva. Para tanto, mostra que, apesar da existência de uma legislação a respeito, a Educação Física continua sendo conduzida de forma competitiva, excludente e seletiva. Igualmente mostra que, para garantir uma educação inclusiva e significativa, é necessária uma tomada de atitude dos segmentos que compõem a comunidade escolar (familiares, docentes, discentes e pessoal de apoio), principalmente do professor, visto aqui como um dos principais agentes da referida transformação.

Palavras-chave: Educação Física, inclusão, professor.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, fala-se muito em inclusão e em Educação Inclusiva. No que tange à discussão sobre a Educação Física Inclusiva, alguns profissionais dessa área relatam suas experiências imbuídos de medo e de vivências traumáticas. O que esta proposta pode causar às escolas, principalmente às públicas? Para alguns, deve-se privilegiar um seletivo grupo que representa o padrão socialmente aceito como normal, ficando de fora das atividades, ou seja, somente observando a aula, os obesos, os portadores de atraso neuropsicomotor, os esquálidos, os portadores de Síndrome de Down e os descoordenados. Para outros, deve-se dar mais atenção aos excluídos, deixando de cumprir o papel da Educação Física que é melhorar a performance dos indivíduos, principalmente dos que possuem talentos. Entretanto, pergunta-se a esses profissionais que atuam na área: que metodologias são aplicadas para rotular essas pessoas? Possuem tais metodologias critérios científicos de mensuração?

Assim, é possível ver nas escolas de hoje uma Educação Física repressora e competitiva que, voltada à performance, lida com o movimento humano de forma instrumental e técnica e que, preocupada com a coluna por ordem de estatura, separa os alunos por sexo, perdendo, com isso, significativas trocas de conhecimento e o aspecto relacional. DELOURS et al. (1996) destacam que aprender a viver com os outros será, sem dúvida, um dos maiores desafios da Educação do século XXI. E a Educação Física –que é uma parte da educação como um todo – vem sendo conduzida de uma forma competitiva, excludente e seletiva, quando deveria estar mais voltada ao pedagógico, à promoção humana, ao desenvolvimento, às aprendizagens significativas das relações sociais, à criatividade, aos sentimentos e à afetividade.

2. DESENVOLVIMENTO

O quadro visto nas escolas mostra que a Educação e as metodologias de Educação Física, em geral, são discriminadoras e não desempenham o seu verdadeiro papel. Uma Educação Física comprometida com o desenvolvimento humano, na realidade, deve promover o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social e motor, com o compromisso de formar

indivíduos críticos, politizados, criativos, que venham construir seu conhecimento, buscando aprender a aprender, sendo que, de acordo com DELOURS et al. (1996), aprender a aprender será um dos grandes desafios lançados ao homem do século XXI.

Ainda em relação às responsabilidades da Educação Física, Moreira (In: MOREIRA et al., 1995, p. 31) alerta para o fato de que “a Educação Física, tradicional disciplina curricular nas escolas, revela uma concepção de homem dualista, e sua função deveria se esgotar no trato do corpo-objeto, melhorando seu rendimento, disciplinando seus gestos, adestrando suas ações, contribuindo para a eficácia da mecânica do movimento”.

No entanto, percebe-se que a Educação tem privilegiado indivíduos, não havendo, em geral, preocupação dos seus profissionais, incluindo aqui os da área da Educação Física, quanto à inclusão, principalmente dos portadores de deficiência. Além disso, faltam aos docentes conhecimentos que os levem a saberem lidar com as questões práticas, ou seja, faltam metodologias que promovam, realmente, práticas pedagógicas inclusivas a esses alunos. Nesse sentido, vale ressaltar o alerta de MOREIRA (Op. cit.) quando afirma que “a Educação Física, assim concebida, revela toda a sua tradição cultural, carrega todos os signos tatuados em sua trajetória histórica, estando, portanto, com seu corpo atravessado por marcas, por estigmas que deveriam ser removidos na transcendência **epistemológica de nos** olhares-conhecimentos”.

Diante dessa prática de exclusão vista nas escolas, pergunta-se: será que as crianças ditas normais não têm nada a aprender com as crianças ditas portadoras de necessidades especiais? Para os que acreditam que sim, é necessário que se discutam as teorias, as metodologias mais propícias para a verdadeira inclusão nas aulas de Educação Física. Isso porque todo indivíduo possui potencialidades, e o seu desenvolvimento humano depende das condições existentes no mundo social, sendo tal desenvolvimento contínuo e, portanto, destinado a acompanhá-lo durante toda a existência. A respeito, BUEMO (2000) destaca a importância da criatividade para um ensino mais aberto, inclusivo e holístico.

Nesse sentido, é possível a proposição de atividades de Educação Física para todo o grupo, sendo, no entanto, imprescindível tanto respeitar o contexto, a história e o ritmo individual de cada educando quanto observar o tempo necessário compreendido a cada ser humano, inclusive ao portador de deficiência (SOARES et al., 1992).

Embora a legislação garanta vaga na rede de ensino aos portadores de deficiência, o que ocorre com os mesmos dentro da escola? Observa-se que vem se desenvolvendo na Educação uma reestruturação, a qual tem provocado, nos pensamentos dos profissionais, modificações relacionadas à inclusão do portador de deficiência. Essas modificações, todavia, não garantem que se verifiquem mudanças na prática escolar, onde ainda ocorrem a segregação e a exclusão, havendo alunos portadores de deficiências que realizam atividades diferenciadas das do grupo ao qual pertencem, isto é, havendo portadores de deficiência inseridos na rede de ensino que não são contemplados com a aula, o que caracteriza uma prática não inclusiva. Essa é uma questão muito importante que deve ser debatida com os familiares, com os docentes, com o pessoal de apoio e com os próprios educandos.

Vilela (In: SÉRGIO et al., 1999, p. 137) alerta para o fato de que “o corpo não pode continuar a ser entendido como objeto, correndo o risco de se continuar a não se aceitar a deficiência, continuando a encará-la como algo exterior ao próximo indivíduo”. É viável perceber, aqui, a grande importância da mudança de paradigma para que haja realmente a inclusão, ao invés de mera integração. É perceptível assim, no contexto atual, uma contradição entre pensamento e ação. A inclusão não pode ser considerada apenas como a

presença física do aluno nas aulas, mas, sim, deve ser considerada como a sua participação efetiva na interação com os demais, com direito a intervenções e mediações do professor, as quais constituem a garantia das relações sociais com o propósito de expor seus sentimentos e conhecimentos.

Sabe-se que os alunos aprendem e desenvolvem juntos, embora por processos diferentes, ficando, entretanto, na dependência de uma Educação Física que promova atividades dentro do contexto sociocultural e que favoreça o desenvolvimento humano, já que a prática, na maioria das vezes, é descontextualizada, competitiva, premiando os melhores através de atividades de rendimento. “É por esse motivo que tento privilegiar o movimento humano no ensino da Educação Física e não os esportes normalizados. Mas o movimento, como tema central da aula, também não pode ter um enfoque biomecanicista ou behaviorista, mas sim, deve ser visto e interpretado como expressão humana, como função dialógica na relação Homem/Mundo” (KUNZ, 1991, p. 185).

Para garantir uma educação realmente significativa e inclusiva, é fundamental analisar e reestruturar o plano anual, os conteúdos e as metodologias, bem como encontrar novas possibilidades de aprender e desenvolver a criatividade.

Em relação à metodologia, julga-se ser a mais adequada aquela que leva o professor a observar constantemente o aluno para, depois, atuar como mediador no processo de conhecimento, através de conteúdos que favoreçam a discussão, a reflexão e a criatividade de todos os alunos. E, para isso, o professor deve conhecer concepções abertas de ensino, ser flexível, ter sensibilidade, fazer as interpretações no momento certo, acreditar no potencial de seus alunos e saber lidar com questões relacionadas ao espaço físico, ao clima, à personalidade, ao ritmo e ao tempo de cada aluno. Para HILDEBRANDT e LALING (1986), concepções de ensino aberto dependem dos processos em desenvolvimento. Numa concepção de ensino aberto, os alunos devem participar das decisões. Afirmam ainda esses autores (p. 11) que “um ensino deste tipo requer a transferência de decisão para o aluno, isto é, que o aluno participe na orientação de objetivos, de conteúdo, de organização, de transmissão ou de outros aspectos”.

No processo de inclusão aqui enfocado, relevante também é que professor e aluno criem laços afetivos, avancem juntos na compreensão dos fatos, na concepção de educação e sociedade, na busca e na produção de conhecimento como sujeitos da própria história. Nesse sentido, SÉRGIO (1997, p. 43) propõe uma competição-diálogo e uma competição-hostil, onde há liberdade “para que se concretize o diálogo corporal, o qual é bem mais do que biomecânica, é a solidariedade indispensável ao desenvolvimento integral dos agentes desportivos”.

Dessa forma, é possível afirmar que as diferenças promovem o desenvolvimento e a aprendizagem através da história, da cultura, da concepção de valores, de relações sociais dos indivíduos e da humanidade. As diferenças podem e devem ser consideradas como desvantagens e estes são também conseqüências da relação Homem-Meio, o que já é uma perspectiva mais globalizante e mais contextualizada socialmente (Vilela, In: SÉRGIO et al., 1999).

E se a história dá exemplos de que as diferenças promovem o desenvolvimento e a aprendizagem, é de suma relevância lembrar que a deficiência mental é diferença, a Síndrome de Down é uma diferença, a paralisia cerebral é uma diferença. Onde reside o erro, então? O grave erro está em querer ler todo o comportamento e toda ação de uma pessoa através de tais

categorias interpretativas. Isso, na verdade, constitui um real e mero reducionismo (D'ANGELO, 1995, p. 27). Esse pensamento é preconceituoso?

Na viagem pela montanha russa da vida, é possível ver muitas barbaridades e atitudes preconceituosas. A relação dos homens com os próprios homens, sejam eles ditos normais ou especiais, não importa, é imperfeita, precisando de reflexões e ações que a modifiquem imediatamente. Não é difícil, por exemplo, ver um aluno ser discriminado só porque o professor não simpatiza com ele. Muitas vezes, sem lhe dar chance de defesa, o mesmo professor logo deixa transparecer que o aluno não lhe agrada e que está atrapalhando. Resolve a questão da maneira mais fácil nesse relacionamento: deixa o aluno de lado! Fechar a questão é uma atitude que mais aproxima o homem do animal que, privado de razão, isto é, da capacidade de avaliar os prós e os contras de determinada situação, age baseado em seu instinto, não havendo um meio termo. Falta-lhe o raciocínio lógico para fugir da regra da sobrevivência, que determina que qualquer outro animal seja caça ou inimigo, o que mostra que a sua lógica é a de comer ou ser comido.

Assim, o educador passa para a criança uma grande insegurança com o seu preconceito, que é sempre uma atitude idiota e, pior ainda, desumana! “A coisa está preta” reza a expressão popular. Essa é uma frase maldita, mas está na boca de todos. É dita sem que as pessoas se dêem conta do alto grau de preconceito que nela está embutido. Assim como raças diferentes da nossa são discriminadas, também as crianças, os drogados, os alcoólatras, os deficientes das diversas formas, são maltratados, ignorados e menosprezados pela sociedade como um todo.

Quem teria coragem de dizer que nunca teve algum tipo de preconceito? Há pessoas que, muitas vezes, agem de maneira preconceituosa, talvez até inconscientemente, como se fosse uma simples brincadeira. Mas para quem é alvo do preconceito, isso é algo muito funesto. Assim, principalmente os Educadores, devem ter o máximo cuidado com palavras mal empregadas em seu dia-a-dia a fim de que não sejam interpretadas de maneira errônea.

Um instrumento científico capaz de ajudar a vencer o preconceito é o método surgido especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica Apostólica Romana, desenvolvido por sociólogos e teólogos. Esse método, chamado “Ver-Julgar-Agir”, quando executado criteriosamente, é a melhor arma contra o preconceito e contra a falta de ação porque ajuda a formar conceitos sobre determinada realidade, situação ou indivíduo (no caso, alunos “crianças”) e traça estratégias concretas de ação.

Ao chegarem a uma certa idade, as crianças ficam profundamente admiradas com a possibilidade de se localizarem num mapa. O que realmente causa admiração é a capacidade (ou incapacidade?) do professor de cercear uma ação mais ousada de uma criança, privando a mesma de conhecer ou descobrir os vários caminhos existentes nesse mapa por ela descoberto. Ao invés de preconceito, deve o educador fazer com que todas as crianças, sejam elas normais ou especiais, conheçam cada vez mais estradas, mais rodovias de vida, fazendo com que todas cresçam no sentido da plenitude de vida para uma prática inclusiva na Educação Física, tendo a certeza de que com a sua colaboração (ainda que tal colaboração seja apenas “uma gota no oceano”) estará havendo empenho e contribuição para que realmente aconteça o desejado e necessário intercâmbio dos diferentes tipos de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de, nos dias atuais, muito se falar em Educação Inclusiva, ainda é possível ver nas escolas uma Educação Física repressora, competitiva, seletiva e excludente, o que vai de encontro às novas concepções de educação e de desenvolvimento humano.

A questão da prática inclusiva não é tão simples quanto parece, pois a sua efetivação não depende somente de uma lei a respeito (que, inclusive, já existe). Abrange horizontes muito mais amplos, exigindo ações conjuntas de familiares, docentes, discentes etc., mudanças de paradigmas, reflexões e profundas transformações e reestruturações.

Algumas ações nesse sentido já começaram a acontecer, mas muito ainda há por fazer. E nesse processo, um dos agentes transformadores mais importantes é o professor, em especial o de Educação Física que, se olhar às crianças portadoras de necessidades especiais com outros olhos, já terá dado o primeiro e mais importante passo rumo à inclusão, verdadeiramente como deve ser.

4. REFERÊNCIAS

BUEMO, Darirlei. **Dasorrollo de la creatividad y la formacion de educadores de la FEBE**. Brusque: FEBE, 2000.

D'ANGELO, C. **Crianças especiais: superando a diferença**. Bauru: EDUSC, 1998.

DELOURS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Lisboa: ASA, 1997.

HILDEBRANDT, R; LALING, R. **Concepções abertas no ensino de Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

MOREIRA, W. W. et al.. **Corpo presente**. Campinas: Papirus, 1995.

SÉRGIO, M.. **Para uma teoria crítica do desporto**. Lisboa: Lusófonas, 1997.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.